

ARTIGOS INTERCIENTÍFICOS

QUESTÃO AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS E QUILOMBOLAS DE ILHA DE MARÉ - BAHIA

AGRARIAN QUESTION AND FAMILY AGRICULTURE IN TRADITIONAL FISHING COMMUNITIES AND QUILOMBOLAS FROM ILHA DE MARÉ - BAHIA

CUESTIÓN AGRARIA Y AGRICULTURA FAMILIAR EN LAS COMUNIDADES TRADICIONALES DE PESCADORES Y QUILOMBOLAS DE ILHA DE MARÉ - BAHÍA

Neves, Bruna Espirito Santo

Rios, Kassia Aguiar Norberto

RESUMO

Este trabalho foi construído com o intuito de apresentar os desafios envolta da produção de alimentos em Ilha de Maré, Salvador – Bahia, através da perspectiva do público participante, no contexto da questão agrária presente nas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da ilha, com destaque para os(as) produtores(as) vinculados(as) a Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências (ATRAM). Através das técnicas da pesquisa participante e pesquisa-ação foram realizadas ações para abordagem das necessidades e dificuldades da associação, a qual destacamos o Diagnóstico Rural Participativo. Discutidos também questões envolvendo a infraestrutura fundiária, a ausência de políticas públicas, o histórico de invisibilidade, as contradições e disputas que ocorrem na região, onde os recursos naturais que envolvem a produção de alimentos, as práticas de pesca, a mariscagem, o extrativismo vegetal e a agricultura, que são a base da economia local. Os resultados obtidos foram a compreensão de como a questão agrária se materializa na Ilha de Maré e as consequências na produção de alimentos do local, no âmbito da Associação e da produção de alimentos.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Comunidades Tradicionais. Comunidades pesqueiras.

ABSTRACT

This work was built in order to present the challenges involved in food production on Ilha de Maré, Salvador - Bahia, through the perspective of the public participant, in the context of the agrarian issue present in traditional fishing communities and quilombolas on the island, especially for producers linked to the Association of Quilombolas, Rural Workers, Artisans, Fishermen and Fisherwomen of Praia Grande and Adjacencies (ATRAM). Through the techniques of participatory research and action research, actions were carried out to address the needs and difficulties of the association, from which we highlight the Participatory Rural Diagnosis. Also discussed were issues involving the land infrastructure, the absence of public policies, the history of invisibility, the contradictions and disputes that occur in the region, where the natural resources that involve food production, fishing practices, shellfishing, vegetal extractivism, and agriculture, which are the basis of the local economy. The results obtained were the understanding of how the agrarian issue materializes in Ilha de Mare and the consequences on the local food production, in the scope of the Association and food production.

Keywords: Family Agriculture. Traditional Communities. Fishing Communities.

RESUMEN

Este trabajo fue construido con la intención de presentar los desafíos involucrados en la producción de alimentos en Ilha de Maré, Salvador - Bahia, a través de la perspectiva del público participante, en el contexto de la cuestión agraria presente en las comunidades de pescadores tradicionales y quilombolas de la isla, con énfasis en los productores vinculados a la Asociación de Quilombolas, Trabajadores Rurales, Artesanos, Pescadores y Pescadoras de Praia Grande y Adyacencias (ATRAM). A través de técnicas participativas y de investigación-acción, se llevaron a cabo acciones para abordar las necesidades y dificultades de la asociación, de las que destacamos el Diagnóstico Rural Participativo. También se discutieron cuestiones relacionadas con la infraestructura de la tierra, la ausencia de políticas públicas, la historia de invisibilidad, las contradicciones y disputas que ocurren en la región, donde los recursos naturales que involucran la producción de alimentos, prácticas de pesca, marisqueo, extractivismo vegetal y la agricultura, que son la base de la economía local. Los resultados obtenidos fueron la comprensión de cómo la cuestión agraria se materializa en Ilha de Maré y las consecuencias en la producción local de alimentos, en el ámbito de la Asociación y la producción de alimentos.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Comunidades Tradicionales; Comunidades Pesqueiras

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas discussões sobre os desafios que envolvem a produção de alimentos na Ilha de Maré, Salvador – Bahia, assim como descreve um conjunto de ações que foram realizadas a partir do Projeto de Intervenção “Revitalização da Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências (ATRAM)”. Em desenvolvimento desde julho do ano de 2019 e fruto das atividades realizadas durante o Tempo Comunidade do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Alimentos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, esse projeto foi construído a partir do diálogo com as comunidades da Ilha de Maré, em especial com os agricultores e agricultoras familiares vinculados à ATRAM. Seu objetivo consistiu em desenvolver ações formativas voltadas à melhoria do desenvolvimento territorial local, o que envolve os aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

A Ilha de Maré encontra-se localizada a leste da Baía de Todos os Santos (BTS), pertence ao município de Salvador e ocupa uma área territorial de aproximadamente 10,65 km², sendo composta por 11 comunidades: Praia Grande, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa, Maracanã, Bananeiras, Botelho, Neves, Itamoabo, Santana e Caquende. De acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, a Ilha dispõe de 6.434 habitantes, e a maior parte da população se autodeclara negra. Instituída desde 1982 como Reserva Ecológica e inserida na Área de Proteção Ambiental BTS, a Ilha de Maré é historicamente conhecida como uma grande aldeia de pescadores, onde a economia e o modo de subsistência dos seus moradores, na maioria das vezes, “se baseia na utilização dos recursos naturais [...] a pesca, a mariscagem, a produção de peças artesanais, de alimentos [...] etc.” (PAIVA *et al*, 2011, p. 75).

São escassos os dados documentais históricos da região e grande parte das referências sobre a Ilha de Maré é baseada nos fatos contados pelos antigos moradores do local. Com isso, sabe-se que dentre os manguezais da Ilha existem áreas mais fundas, que segundo os moradores foram os antigos portos de navios negreiros, assim como, há também vestígios dos antigos engenhos e ruínas de construções feitas por escravizados fugitivos.

Nesse sentido, é importante destacar que, das onze comunidades tradicionais existentes no local, seis são certificadas pela Fundação Cultural Palmares enquanto comunidades quilombolas e encontram-se, desde o ano de 2008, com processo de regularização territorial em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), são estas: Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa e Praia Grande.

Para Santos (2017), ao analisarmos a formação de territórios quilombolas, devemos levar em conta: “o contexto regional e histórico, a origem dos grupos, sua relação com a opressão sofrida historicamente, a existência de conflitos fundiários, a situação jurídica das terras onde essas comunidades formaram seus territórios” (SANTOS, 2017, p.121).

As comunidades tradicionais da Ilha de Maré têm nas bases de sua constituição o tripé latifúndio, monocultura e escravidão. É decorrente desse modelo de sociedade senhorial, baseado na propriedade de terras e negros escravizados que ocorre a ocupação da Ilha. Explorados durante décadas, sem-terra e sem trabalho, os ex-escravizados encontraram no mar, no mangue e nas florestas a sua principal fonte de sobrevivência e posteriormente, renda (RIOS, 2017).

Trata-se, portanto, de um coletivo de sujeitos que, construíram no decorrer do processo de ocupação socioterritorial da Ilha, uma identidade étnica (grupo social que possui especificidades culturais, linguísticas, históricas etc. comuns) que permite a eles se autoidentificarem como comunidades quilombolas e, que têm no uso dos recursos naturais a sua principal fonte de renda (ARRUTI, 2006).

Conforme mencionado, a renda econômica na Ilha se dá para a maioria das famílias através do trabalho de extrativos naturais (pesca, mariscagem no mar e nos manguezais, o artesanato com a canabrava

e palha de licuri, as rendas de bilros) e da produção agrícola, com diversificadas plantações cujos produtos: coco, banana, mandioca, cana de açúcar, acerola, manga, etc., são comercializados in natura e utilizados como base para a produção de alimentos, a destacar o doce de banana na palha e o azeite de dendê.

Todavia, apesar das inúmeras riquezas naturais, associadas não apenas ao ecossistema, mas também ao trabalho realizado por aqueles que vivem e sobrevivem através da/na Ilha, observa-se que o território local também é caracterizado pela existência de inúmeras contradições e desafios sociais, ambientais e econômicos, o que impacta diretamente no desenvolvimento das comunidades.

A infraestrutura local ainda é considerada precária no que se refere à lazer, saúde, educação, saneamento básico e abastecimento de água. A população depende basicamente dos recursos naturais existentes e estes têm sido cotidianamente ocupados, contaminados e privatizados. Nesse ponto é inevitável falar dos inúmeros problemas ambientais e conflitos territoriais existentes.

De acordo com as lideranças do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) no estado da Bahia, essas comunidades também lutam para provar as especificidades que envolvem o território local e garantir os seus direitos territoriais. Pois, além de se tratar de uma área considerada enquanto reserva ecológica e que envolve espaços demarcados como áreas de preservação permanente, esse território também é o local de vida e reprodução social de 6 (seis) comunidades certificadas como quilombolas. Tal fato deveria garantir à população local alguns direitos.

Importante destacar que, nesta pesquisa, compreendemos os processos de luta vivenciados pelas comunidades tradicionais da Ilha de Maré (a invisibilidade das comunidades, a desvalorização da produção local, a falta de políticas públicas, a falta de terra, as disputas e os conflitos territoriais, entre outros), enquanto uma das dimensões com que a questão agrária se materializa no local. Portanto, as discussões aqui realizadas e as ações planejadas/desenvolvidas tiveram como base essa compreensão e cenário.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A construção deste estudo tem como base os princípios e as técnicas que envolvem a pesquisa participante e pesquisa ação, a qual compreendemos como um “instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular, de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53).

Para o desenvolvimento das ações recorreremos metodologicamente aos seguintes instrumentos: levantamento bibliográfico, estatístico, documental e, principalmente de campo, com a participação em grupos de discussão, realização da observação participante, roda de conversa, caminhadas pelo território, oficinas temáticas etc.

Figura 1. Ilustração de Metodologia aplicada, 2022.



Fonte: Autora, 2022.

No levantamento bibliográfico, temos nos debruçado a compreender, no âmbito da questão agrária, as especificidades que envolvem as comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da Ilha de Maré, assim como, a importância da produção de alimentos no processo de constituição e resistência das mesmas.

Nesse sentido, as categorias questão agrária; comunidade tradicional pesqueira e quilombola; produção de alimentos e desenvolvimento territorial são categorias essenciais ao debate. Na pesquisa documental e estatística, nos dedicamos à construção de um banco de dados que permitiu traçar o perfil socioeconômico da Ilha de Maré, bem como auxiliou na compreensão do histórico da ATRAM e dos desafios vivenciados pelo grupo produtivo local.

Já na pesquisa de campo, destacamos o desenvolvimento de algumas ações: reuniões, rodas de conversa, diálogo com lideranças, oficinas, construção de diagnóstico, participação em curso, elaboração de tabela nutricional, minicurso, participação em projetos, gestão associativa com a necessidade de reformulação do Estatuto da Associação e de estudo de viabilidade, entre outros.

Stedile (2012, p. 17) descreve e trabalha “o conceito de ‘questão agrária’, como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras da sociedade brasileira”. Através do conceito de Stedile, falamos neste trabalho, no contexto da questão agrária, do modo de vivência, da distribuição, do uso e da subsistência das terras e daqueles que nela vivem e dela sobrevivem, além da compreensão da realidade de classes, das relações sociais e das políticas públicas que surgem, ou não, através dessas realidades e relações.

A identificação das comunidades tradicionais quilombolas se dá por meio de características específicas da mesma e dos que vivem nela, possuindo identidade própria, proveniente da ancestralidade e dos feitos e efeitos sofridos historicamente. O artigo 2, do decreto nº 4.887/2003 diz que para serem considerados remanescentes destas comunidades, os grupos étnicos raciais devem seguir critérios que envolvem a trajetória histórica própria, de modo que essa trajetória apresente especificações de relações territoriais envoltas da ancestralidade, relacionada ao histórico de luta e resistência a opressão e violência, resultante da escravidão sofrida historicamente pelos povos negros (BRASIL, 2003).

De acordo com a Lei nº 11.326/06, são considerados empreendedores(as) familiares rurais e agricultores(as) familiares àqueles que não ocupam áreas maiores que quatro módulos fiscais, quando se utiliza da própria família a mão de obra exercida nas atividades econômicas realizadas no empreendimento e possua um percentual mínimo da renda familiar, que é gerida atividade econômica do estabelecimento ou empreendimento e este considerado agricultor(a) familiar e/ou empreendedor(a) familiar rural deve dirigir o estabelecimento/empreendimento juntamente com a sua família.

A produção de alimentos está além do preparo de uma receita, pois a produção surge desde o momento de plantio ou da criação de um animal (isso dependerá do segmento da produção), e esta contará com diversas práticas que envolvem muitos fatores e aspectos, a exemplo: manejo de solo, observação climática, práticas de controle e análises, etc. e a produção de alimentos segue até a mesa do consumidor.

A agricultura familiar constitui-se por pequenos agricultores, comunidades tradicionais, pescadores, aquicultores, extrativistas e outros, onde a gestão da propriedade se dá de forma compartilhada, utilizando da democracia e toda a atividade exercida pela família e/ou grupos produtivos se apresenta como principal fonte de renda dos mesmos, havendo casos onde a produção serve para além da subsistência e é destinada ao mercado (BRASIL, 2020).

A produção de alimentos da agricultura familiar está diretamente envolvida com o ambiente e preocupada com a natureza e com a realidade que vivem. As famílias e grupos que exercem esse meio de produção, contribuem não apenas para a renda familiar, como também para o desenvolvimento e reconhecimento das comunidades e de tudo que dela provém.

Portanto, é desse contexto que se dá início ao diálogo com a Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências (ATRAM), localizada na comunidade de Praia Grande. Segundo Lüchmann (2014), as associações cultivam práticas democráticas

nas esferas da vida social, essenciais como estratégias para segmentos que necessitam garantias de direitos para promoção de melhorias das condições de vida.

Assim, a escolha da ATRAM decorre por ser esse o espaço onde alguns agricultores e agricultoras familiares produtores do doce de banana, pescadores e marisqueiras se organizam socialmente. As atividades da associação tiveram início na década de 1980, enquanto espaço de organização, luta e defesa do território, a Associação possui, atualmente, cerca de 25 famílias na sua base social.

O seu histórico de atuação é caracterizado pela construção de ações aliadas aos interesses e necessidades dos moradores da Ilha, seja no auxílio, na defesa de seus direitos e do território, ou na construção de estratégias para fortalecimento do desenvolvimento local, a destacar a oferta de cursos de panificação, produção e confecção de artesanatos e do doce de banana na palha, bastante comercializado para as pessoas da região, visitantes e, em alguns casos, exportado para outros municípios, estados e até mesmo países. O que confirma a grande potencialidade dessa produção.

Outras ações desenvolvidas pela ATRAM, desde sua constituição, foi a submissão de projetos de apoio aos agricultores(as) familiares, dentre os quais se destaca a aquisição de maquinários para o processamento de polpas de frutas oriundas do próprio plantio, uma área coletiva de cultivo do grupo, cuja produção era utilizada para o consumo, além de servir de matéria-prima para outras produções. Além do trabalho que garante a renda de mais de 90% da Ilha que é a pesca e mariscagem artesanal, onde a associação desde o início contribui para articulações, enfrentamentos e incentivo a comercialização em feiras e centros de abastecimento na cidade de Salvador.

Após alguns anos de luta e desafios (falta de terras, políticas públicas, disputas territoriais, restrições na comercialização etc.), os associados mais antigos foram deixando o espaço e não houve uma inserção da juventude, fato que levou ao enfraquecimento das ações promovidas pela ATRAM. Tais fatos reforçaram a motivação pela escolha dessa Associação como objeto de atuação do projeto de intervenção citado. Através dessas demandas surgem as inquietações motivadoras para está pesquisa, que identifica e da visibilidade aos desafios e necessidades do beneficiamento e produção de alimentos em geral, no contexto da questão agrária, presente nas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas de Ilha de Maré.

O COTIDIANO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS E QUILOMBOLAS DE ILHA DE MARÉ

Ilha de Maré tem por sua composição comunidades tradicionais pesqueiras e dentre essas comunidades, algumas são certificadas e reconhecida como remanescente de Quilombo, onde são desenvolvidas no cotidiano, atividades que promovem a veracidade para a denominação dessas comunidades como territórios tradicionais.

De acordo com o Decreto de nº 6040/2007, que classifica os povos e as comunidades tradicionais como grupos onde seus participantes se reconhecem dentro de uma mesma cultura, socializam e discutem uma mesma temática e que utilizam seus recursos naturais como fonte de vida em diversificados aspectos, que podem estar relacionados a cultura, a religião, ancestralidade, econômicas, dentre outras coisas. E assim também definem os territórios tradicionais como os espaços que podem e devem ser utilizados para a realização e/ou reprodução dessas atividades ou aspectos. Portanto,

Embora esteja amplamente difundida em diferentes esferas governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, trata-se de um conceito novo, que emergiu há poucas décadas. A Constituição Federal, por meio do artigo 215, determina que o Estado proteja as manifestações culturais populares, indígenas e afrobrasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. No artigo 216, a Constituição Federal determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público o patrimônio cultural brasileiro, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CNDH, 2018. pág.17).

Uma das atividades que são realizadas no cotidiano dos “marezeiros”, como as pessoas que moram em Ilha de Maré, se chamam, é a pesca artesanal que gera a renda da maioria das famílias da ilha, bem como também a alimentação da sua própria residência. Mas a pesca artesanal na região também lida com os desafios acarretados no dia a dia, que envolvem questões que são debatidas repetidamente pelos representantes locais em conjunto com os movimentos sociais, a fim de buscar os direitos que devem ser garantidos como é declarado pela lei.

Os problemas cotidianos vividos pela população, se referem a um conjunto de obstáculos que fazem parte da questão agrária vivenciada na região e que está cada vez mais presente e visível aos que querem ver. Desde os diversificados problemas ambientais que são ocultados aos olhos dos órgãos de proteção, levando aos pescadores, marisqueiras e toda a população a um estado de vulnerabilidade perante as situações que envolvem a saúde, a alimentação das famílias e o estado econômico da região, o qual se dá em grande maioria através desta extração.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “commodities”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos com prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem. no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência. (FERNANDES, 2004, pág. 04).

Através destes obstáculos, cresce o medo que alguns moradores têm, dentre estes a maioria são jovens, que perdem as perspectivas e esperanças de que as possibilidades e potencialidades ligadas a pesca artesanal sejam reais, fazendo com que percam o interesse não apenas em realizar este trabalho, mas também de o defender, uma vez que, passam a vivenciar a escassez de espécies marinhas que por centenas de anos geraram o sustento da Ilha e das famílias que lá habitam.

A produção pesqueira artesanal, além de ser saudável é rica em diversos nutrientes e expressa os conhecimentos ancestrais das mulheres e dos homens das águas (SACRAMENTO, SILVA. 2019), portanto, quando este medo de que esse meio de sobrevivência possa acabar é disseminado nessas pessoas, corre-se o risco de que as expressões dos conhecimentos ancestrais que são passados de geração para geração, deixem de existir e dessa maneira se percam também a cultura e tradições dessas comunidades tradicionais.

Para as comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha, a arte de ser pescador artesanal se traduz também nos laços de pertencimento e na valorização do trabalho de centenas de famílias que amanhecem no mar/manguezais, cuidam das roças e anoitecem no beneficiamento dos pescados. Trata-se de aproximadamente 4.000 mil pescadores e marisqueiras que se dedicam diariamente à captura, beneficiamento e comercialização dos pescados e mariscos (RIOS, 2020, pág. 09).

Desta forma, considero importante que sejam mais vistos o trabalho de pesca artesanal realizados pela comunidade pesqueira de Ilha de Maré, bem como as demais atividades econômicas que são geridas nas localidades, a fim de que possa gerar uma visibilidade aos trabalhos que influenciam o desenvolvimento territorial local e que se preserve o histórico cultural e as tradições da região, bem como, de certa forma, sensibilizar as pessoas à conhecer a luta vivenciada pela população diante dos conflitos que ocorrem na ilha. A visibilidade dada por meio de “exposição” nos dias atuais é capaz de gerar conhecimento e impulsionar as notícias a serem encaminhadas por todo o mundo.

Para os pescadores e marisqueiras artesanais de Ilha de Maré e demais moradores, buscar um meio de formação como a que é proporcionada pela Escola das Águas, buscar como e o que é necessário para que essa formação e que esse modelo de educação seja proporcionado a todas as comunidades da Ilha.

Uma escola que afirme a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos pescadores

artesanais em seus territórios e, principalmente com o seu trabalho. Um processo educativo, onde as linguagens do mar possibilitem a construção de entendimentos humanos acerca da natureza marinha e das forças para lidarem com as águas e compreenderem os tipos de ventos e os movimentos das marés, explicitando habilidades pesqueiras, para ouvir e sentir essas mudanças. (SANTOS *et al.*, 2019)

E assim compartilho do pensamento de Rungo (2020), que percebe o quão é necessário e importante que seja implementada a educação ambiental no cotidiano dos pescadores artesanais e em suas respectivas comunidades tradicionais, bem como, que seja feito por profissionais um acompanhamento da realização deste trabalho, a fim de que sejam preservados os recursos naturais, de modo que, o meio ambiente não venha a ser prejudicado e assim garantindo também o bem estar dos pescadores e da comunidade.

Além disso, muitas famílias também desenvolvem a agricultura e o extrativismo vegetal como forma de complementar a renda (RIOS, 2020), bem como, a produção de alimentos também de forma artesanal, como a produção de azeite de dendê e o doce de banana na palha, tradicional da ilha. A produção desses alimentos se dá por meio de processamento tradicional agroecológico, de modo que contribui para o desenvolvimento territorial da ilha.

A mobilização social da comunidade também passa por muitos desafios, sendo necessário lidar com ações de sensibilização, no intuito de despertar nas pessoas a conscientização de que é preciso buscar mais a valorização do histórico local, suas origens, a cultura e toda a história de luta e resistência que carregam, a fim de que sejam preservados os movimentos e as conquistas dos antepassados, bem como, que as próximas gerações tenham conhecimento sobre isso.

No dia a dia, os moradores de Ilha de Maré tem como principal conflito ambiental o embate constante com a poluição que ocorre por consequência das empresas, indústrias químicas e portuárias situadas nas redondezas da ilha, que geram conscientemente poluição, degradação e contaminação química do oceano, da atmosfera e do solo atingindo todo e qualquer ser vivo próximo e até distante, tendo em vista que os pescados comercializados pelos pescadores e marisqueiras, os frutos e os doces produzidos na ilha são também transportados para outras regiões.

Além de preocupar-se com a questão dos terrenos, sendo muitas vezes limitados a produzirem em um espaço muito pequeno, às vezes reduzido a pequenas plantações no quintal de suas residências, as famílias que utilizam da agricultura como fonte ou complementação da renda familiar, vivem também atentos e observam grandes mudanças no plantio de diversas espécies, que assim como os pescados que surgem na areia da praia mortos "sem motivo" aparente, as árvores, plantas, os frutos têm ficado escassos, apresentam mudanças físicas e sensoriais, estando cada vez mais secos, isso quando é possível realizar a colheita.

A Ilha de Maré encontra-se localizada na BTS, espaço este de diversos empreendimentos industriais nos variados segmentos. As atividades desenvolvidas por essas empresas têm interferido diretamente nas condições ambientais do local, além disso, colocam em risco a saúde e a renda das centenas de famílias que vivem, se alimentam e sustentam suas casas através das atividades realizadas neste território.

É possível observar que os impactos vão além da poluição que atinge o mar e os manguezais, pois os produtos químicos utilizados nas grandes empresas localizadas no entorno da Ilha são descartados também em forma de fumaça, o que causa a poluição do ar, que ao chegar às comunidades da Ilha prejudica o solo e interfere na qualidade dos alimentos cultivados na região. De acordo com Boaventura de Sousa Santos,

O seu riquíssimo ecossistema tem sido destruído desde os anos de 1960 pela poluição causada pelas indústrias e empresas multinacionais construídas em volta da zona de operação portuária do Complexo de Aratu, a poucos quilômetros da ilha. O problema assumiu nos últimos anos proporções de desastre ambiental e de calamidade pública. Ondas de fumaça residuais pestilentas expelidas sem filtros e trazidas pelo vento, carga e descarga nos navios de minérios e produtos químicos altamente tóxicos sem qualquer precaução acabando por se espalhar no ar (odores de enxofre e gases de amônia) e no mar onde também se faz a lavagem dos navios, tudo isto tem contribuído para que tanto a saúde como o modo de vida destas populações pobres venham sendo inexorável e paulatinamente destruídos. (SANTOS, 2018, s.p.)

As comunidades da Ilha de Maré lutam, há décadas, para provar ao Estado, empresários e órgãos ambientais que o modelo de desenvolvimento, historicamente empregado na BTS, além de estar degradando uma área de grande importância ambiental do Estado, ameaça diretamente a vida de inúmeras famílias, que têm no uso dos recursos naturais a sua principal fonte de renda.

Sousa (2017, p. 22), diz que,

Atualmente, o sistema portuário da BTS é operado em áreas sob a jurisdição da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e está dividido da seguinte forma: Portos (Salvador e Aratu/Candeias) e Terminais de Uso Privativo (TUP) - Terminal Madre de Deus, TUP Ponta da Laje, TUP Dow Aratu, Porto Cotegipe, TUP Usiba, Terminal de Regaseificação da Bahia e Estaleiro Paraguaçu.

É a atuação desses setores petroquímicos e portuários que causam os mais diversificados danos à saúde ambiental e humana das redondezas e conseqüentemente de Ilha de Maré.

Vários produtos químicos, classificados pelo CONAMA como perigosos ou muito perigosos, foram encontrados nas indústrias que apresentam potencial de contaminação/poluição. As empresas que emitem maior diversidade de compostos são a RLAM, DOW, Betumat e Brasquímica, a Proquigel e as Indústrias de Fertilizantes. Dentre elas, a RLAM, DOW e Proquigel emitem poluentes muito perigosos. Como por exemplo, o MMA- Metacrilato de Metila, que de acordo com sua FispQ - Ficha de informações de segurança de produtos químicos para a pele, é extremamente irritante e corrosivo e altamente tóxico. Rapidamente absorvido através da pele. Uma taxa de 80% de mortalidade foi observada em um estudo de exposição de coelhos até 200 mg/kg. Já para a inalação, quando está exposto a altas concentrações pode agredir temporariamente o sistema nervoso com irritação, náusea, vômito e diarreia. Outros efeitos podem incluir dor de cabeça, debilidade, falta de ar e desmaios (BISPO, 2018 p. 18).

Segundo Porto (2013), a Bahia apresenta maior quantidade de conflitos dentre os estados do Nordeste, informando 16 conflitos principais e 4 conflitos relacionados através da distribuição de conflitos por estado, os autores escrevem a Bahia como um dos recordistas, estando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro respectivamente e representando 5,9% dos casos de conflitos ambientais no país.

Os autores demonstram também a distribuição dos conflitos por territórios, e as pesquisas indicam que mais de 60% dos territórios atingidos pelos conflitos, são territórios rurais que abrangem o campo, as florestas e as zonas costeiras de modo que afetam as comunidades tradicionais, assim como é a Ilha de Maré.

Ainda segundo Porto (2013), os problemas relacionados à questão de saúde e insegurança alimentar são questões de conflitos, constantemente informadas e apresentam alta porcentagem no que diz respeito aos danos e riscos para a saúde que são registrados no mapa de conflitos, dentre os danos e riscos mais sinalizados estão, a piora na qualidade de vida, doenças não transmissíveis ou crônicas, violência seguida de ameaça, insegurança alimentar e falta de atendimento médico, com 79,80%, 40,07%, 37,71%, 30,98% e 29,97% respectivamente.

As doenças crônicas apontadas estão relacionadas às múltiplas formas de exposição aos poluentes, como agrotóxicos e substâncias químicas de indústrias ou depósitos de resíduos. O tema da soberania alimentar (isto é, do direito dos povos e comunidades a produzir, comercializar e consumir seus alimentos de acordo com sua cultura e modo de vida, garantindo tanto o seu sustento como sua reprodução social e a preservação da natureza e da sua saúde) e da desnutrição surge como relevante em vários territórios rurais, indígenas e quilombolas[...]. Também o agravamento das doenças transmissíveis pela degradação ambiental e falta de saneamento básico aparecem de forma relevante nos conflitos. Outro aspecto importante, diretamente relacionado à qualidade de vida, é o sentimento de desamparo, expresso pela falta de atenção médica por parte do sistema de saúde, seja para com os povos originários e comunidades tradicionais vulnerabilizados, seja para com as comunidades expostas a diversos perigos (Porto (Org.) et al, 2013, p. 67)

A frequente poluição por consequência dos empreendimentos químicos presente nos arredores da ilha, gera tal desconforto, odor, tonturas e imensurável degradação ambiental, confirmando todas as informações relacionadas ao estudo que envolve o mapa de conflitos.

Degradação esta que se dá por meio do solo, do mar, da atmosfera, afetando todos os aspectos de vida

presente no território e por consequência prejudicando não apenas a saúde humana, de forma direta, como impedindo o desenvolvimento da produção agrícola, das atividades de pesca, mariscagem e extrativismo, tendo em vista que o solo, as águas e o ar possuem poluentes, que podem acarretar aos alimentos características patogênicas que atingem a saúde humana, ocasionando a insegurança alimentar.

Diante destes desafios e possibilidades, devemos levar em consideração que Ilha de Maré ainda sofre com a falta de saneamento básico o que pode dificultar de forma significativa a tentativa de implementar as adequações de uma agroindústria ou qualquer meio de produção na região, influenciando na implementação de locais de escoamento por exemplo.

É importante pensar nessas implementações, com muita atenção, para que não ocorram erros, mesmo que esses sejam reversíveis, pois se sabe que não se deve pôr em risco a segurança do ambiente e das pessoas. É proibida qualquer iniciativa que possa gerar a degradação do meio ambiente e/ou que venha a causar danos à saúde das pessoas ou qualquer ser vivo que faça parte do ambiente.

Essa falta está presente não apenas para as produções de polpas de frutas em geral e para o beneficiamento do cacau, mas também para a produção do doce de banana, pois para incentivar uma produção que possa ser inserida no mercado, é preciso analisar o local de produção, os utensílios que são utilizados, o produto em si, buscando avaliar suas características, a forma como é produzida, a identidade visual e demais obrigatoriedades e regras que devem ser seguidas para melhor atender ao público, de forma que não venha a causar danos à qualidade do produto e a saúde do consumidor.

Através de organização social, é possível desenvolver estratégias para que sejam avaliadas as possibilidades de gerar mudanças no meio de produção, visando o crescimento do desenvolvimento da comunidade em seus diferentes aspectos. A ATRAM é uma associação que vem buscando e lutando por essas melhorias e possibilidades há décadas e através da luta, militância dessas pessoas, dessa associação e dos grupos produtivos presentes. Foram recebidas muitas conquistas, assim também como passaram por muitas derrotas e nunca desistiram.

É o que Lüchmann debate sobre o papel da associação como promotora de cooperação, de confiança, de comunicação e de espírito público, como fundamentais para a democracia e a redução de comportamentos oportunistas. Além disso, a autora afirma que a associação desenvolve “um senso de pertencimento coletivo e produzem práticas de colaboração que são sustentáculos da vida democrática” (2014, p. 163).

CONCLUSÕES

Dado o exposto e levando consideração todos os aspectos observados, é possível apresentar para conclusão deste trabalho, a demarcação do contexto social envolvendo a Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências – ATRAM, onde por meio da construção de pesquisa participativa foram desenvolvidas atividades de mobilização social e organização associativa, com o intuito de desenvolvimento dentro da associação, estendendo-se a todas as comunidades.

A elaboração destas atividades possibilitou a construção do histórico de contradições e conflitos vivenciados no cotidiano da Ilha de Maré, além de apresentar a maneira que a questão agrária se manifesta em diversos aspectos, influenciando diretamente no modo de vida das pessoas, na renda, nas escolas, na alimentação, moradia e demais aspectos do cotidiano da população.

Através do resgate histórico e análise da questão agrária, sobressaiu-se a produção e beneficiamento de alimentos na região e sua importância que envolve não apenas a renda das famílias, como a ancestralidade e a cultura dos povos que dela sobrevivem. Desde o extrativismo e recursos naturais até a produção de alimentos que garante o fortalecimento da cultura e complementa a renda das famílias que o produzem.

No mais, concluo enfatizando a importância da inclusão das comunidades tradicionais dentro do âmbito acadêmico, não como objetos de pesquisa, mas como parte essencial da história, agregando a ciência ao conhecimento ancestral, cultural e histórico, que remete ao conhecimento amplo da realidade e gera sabedoria.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo** – história e antropologia do processo de formação quilombola. Bauru; São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2006.
- BISPO, Beatriz Moreira. **O papel dos estudos oceanográficos na gestão de conflitos da zona costeira: o caso das comunidades da Ilha de Maré, Baía De Todos Os Santos, Bahia.** 2018. 107 f. Monografia (Graduação) – Curso de Oceanografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BRANDÃO, Carlos R; BORGES, Maristela C. Pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- BRASIL. **Agricultura Familiar.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Brasília-DF. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1#:~:text=Agricultura%20Familiar%20%C3%A9%20a%20principal,%20C%20aquicultores%20C%20extrativistas%20e%20pescadores>. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de julho de 2006. **Diário Oficial da União (DOU):** seção 1, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. p. 1.
- CONCEIÇÃO SACRAMENTO, E.; REIS DA SILVA, A. T. ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, n. 1, p. 129-138, 6 out. 2019.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- LÜCHMANN, L. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, nº 85 junho/2014. p. 159-226. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dKQNRmfDBnkZ6F59xpW6wYF/?format=pdf>>. Acesso em: out. 2022.
- PAIVA, Ayane de S. etal. Aspectos socioambientais ligados às matas nativas da Ilha de Maré. In: ALMEIDA, Rosiléia O. deetal. **Caderno Ambiental Ilha de Maré.** Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011.
- PORTO, Marcelo Firpo (Org.) et al. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil:** o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais/ **Conselho Nacional dos Direitos Humanos** – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018.
- RIOS, Kássia A. N. O SER PESCADOR(A) ARTESANAL E O TERRITÓRIO ARTICULADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ – BAHIA. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 1, p. 7-18, 16 out. 2020.
- RIOS, K. A. N. **A Questão Agrária da Luta na/pela Terra e Água dos Pescadores Artesanais:** Desafios e perspectivas do processo de Regularização dos Territórios Quilombolas de Ilha de Maré (BA). 2017. 467 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- RUNGO, Z. A. PESCA ARTESANAL NA RENDA FAMILIAR. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 1, p. 19-30, 16 out. 2020.
- SANTOS, Boaventura de S. Boaventura: da Ilha de Maré a outro mundo possível. **Outras Palavras**, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/boaventura-da-ilha-da-mare-a-outro-mundo->

possível/. Acesso em: março de 2020.

SANTOS, E. B. *et al.* ESCOLA DAS ÁGUAS. **Mares**: Revista de Geografia e Etnociências, v. 1, n. 1, p. 143-152, 6 out. 2019.

SANTOS, T. R. **Entre Terras e Territórios**: Luta na/pela terra, dinâmica e (re)configurações territoriais em Bom Jesus da Lapa (BA). 2017. 303f. Tese (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 17-18.

SOUSA, Priscilla Karen. **O papel da oceanografia na gestão portuária**: caso do porto de aratu e sua relação com as comunidades de ilha de maré. 88 f. il. 2017. Monografia (Graduação) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.